

11. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL – UO: 21.101

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, criada pelo Decreto nº 32.716 de 1º de janeiro de 2011 e estruturada pelo Decreto nº 33.315, de 08 de novembro de 2011, publicado no DODF nº 216, de 09 de novembro de 2011.

Conforme publicação do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, artigo 8º, § 1º, alínea X, foi renomeada de Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Por meio do artigo 30, do Decreto nº 36.236 de 1º de janeiro de 2015 e alterações: Decreto nº 36.937, de 02 de dezembro de 2015, Decreto nº 37.246, de 12 de abril de 2016 e Decreto nº 37.537, de 02 de agosto de 2016, que dispõem sobre a estrutura administrativa, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - proteção, conservação e preservação do meio ambiente urbano e rural e promoção do desenvolvimento sustentável;

II - conservação, recuperação e o uso sustentável do cerrado, da fauna e dos recursos hídricos;

III - gestão e proteção dos parques e das unidades de conservação;

IV - enfrentamento das mudanças climáticas; e

V - mobilização e conscientização para o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente.

§1º Integram a estrutura da Secretaria de que trata este artigo:

I- Gabinete do Secretário;

II- Subsecretaria de Administração Geral;

III- Subsecretaria de Planejamento Ambiental e Monitoramento;

IV- Subsecretaria de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental;

Vinculam-se à Secretaria: Jardim Botânico de Brasília; Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA; Fundação Jardim Zoológico de Brasília; Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental; Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM; Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF; e o Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	11
Cedidos – fora GDF	01
Requisitado fora GDF – PASUS	00
Temporário – em exercício	00
Temporário – afastado	00
CLT – em exercício	00
CLT – afastado	00
Conselheiro	00
Estatutário – em exercício	38
Estatutário - afastado	03
Sem vínculo – em exercício	37
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	87
Total ativos - afastado	04

Fonte: DIGEP/SUAG/SEMA

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2689 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	50.000	68	0	0
0005 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS-- DISTRITO FEDERAL	50.000	68	0	0
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	1.175.000	899	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-- DISTRITO FEDERAL	1.175.000	899	0	0
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	50.000	68	0	0
0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.--DISTRITO FEDERAL	50.000	68	0	0
2705 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS	150.000	99	0	0
0001 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA	150.000	99	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS--DISTRITO FEDERAL				
2706 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	50.200	117	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR--DISTRITO FEDERAL	50.200	117	0	0
2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	50.200	38.018	36000	0
0001 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS--DISTRITO FEDERAL	50.200	38.018	36000	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECLÁVEIS	12.491.552	12.530.336	0	0
0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECLÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	12.491.552	12.530.336	0	0
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	50.000	66	0	0
0003 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA--DISTRITO FEDERAL	50.000	66	0	0
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO	200.000	135.051	127.965	127.965
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO--DISTRITO FEDERAL	200.000	135.051	127.965	127.965
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	300.000	300.000	231.505	231.505
0005 - APOIO A EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.	300.000	300.000	231.505	231.505
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	8.830.791	8.827.728	8.000	8.000
0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	8.830.791	8.827.728	8.000	8.000
3256 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REF. EM ÁGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE - CIRAT	10.000	8.603	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REF. EM ÁGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE - CIRAT-- JARDIM BOTÂNICO	10.000	8.603	0	0
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	200.000	5.364	5.360	5.360
0001 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF--DISTRITO FEDERAL	200.000	5.364	5.360	5.360
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	220.000	67.051	27.647	27.647
2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	220.000	67.051	27.647	27.647
2258 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-APOIO AO PROJETO EDUCAÇÃO PELA ARTE COM A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO DF--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	1.119.068	911.998	910.800	910.800
9169 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS--DISTRITO FEDERAL	1.119.068	911.998	910.800	910.800
TOTAL DO PROGRAMA 6210	24.946.811	22.825.466	1.347.277	1.311.277

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Taxa de Participação Popular no Projeto "Virada do Cerrado"	%			Anual	6	7	9	10	SEMA / UO 21101 / OE 1
Ações para enquadramento dos corpos hídricos superficiais	Unidade			Anual	2	3	4	5	SEMA / UO 21101 / OE 2
Ações implementadas no Projeto "Cultivando Água Boa"	Unidade			Anual	1	2	3	3	SEMA/ UO 21101 / OE 2
Taxa de catadores atendidos pelo contrato nº 13.2.0402.1/BNDES	%			Anual	0	10	40	100	SEMA/ UO 21101 /OE 4

O Programa 6210 apresenta cinco Objetivos Específicos (OE), os quais estão sob a responsabilidade direta da SEMA:

01- Cidadania e Sustentabilidade Socioambiental

No PPA 2016-2019 os programas estratégicos apresentados no presente OE foram: Programa Distrital de Educação Ambiental (PDEA) e a Virada do Cerrado.

- Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA)

Para ano de 2016 foi prevista através do recurso da LOA/SEMA a contratação de serviço de consultoria para elaboração do Plano Distrital de Educação Ambiental, no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais). Edital de Licitação Convite 001/2016 em andamento, processo nº 393.000.050/2016.

A elaboração do termo de referencia iniciou em março de 2016 e de acordo com a Lei Nº 3.833 de 27 de março de 2016 foi discutido na CIEA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental), através de um Grupo de Trabalho, Portaria nº 14 de 23 de março de 2015, tendo sido aprovado no âmbito desta Comissão, em 13 de abril.

A Comissão deliberou, também, a realização de um diagnóstico prévio à elaboração do Plano Distrital de Educação Ambiental e, nesse contexto, elaborou-se junto com a CODEPLAN uma pesquisa sobre o estado da Arte da Educação Ambiental no Distrito Federal.

Infelizmente, por motivos administrativos a contratação ainda não foi homologada em 2016.

- Projeto Virada do Cerrado

Em 2016, a Virada do Cerrado, aconteceu entre os dias 07 e 11 de setembro, em 28 regiões administrativas do DF, além de uma atividade realizada em Padre Bernardo-GO. O tema deste ano foi Mudança Climática, trabalhada a partir dos quatro elementos da natureza: Água, Terra, Fogo e Ar. Foram mais de oitenta (80) organizações articuladas em duzentas e vinte (220) ações e aproximadamente quinhentas e trinta (530) atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais espalhadas por todo o território, com participação de milhares de pessoas.

As vinte e oito regiões administrativas envolvidas foram: Águas Claras; Brazlândia; Candangolândia; Ceilândia; Cruzeiro; Estrutural; Fercal; Gama; Guará; Itapoã; Jardim Botânico; Lago Norte; Lago Sul; Paranoá; Parkway; Planaltina; Plano Piloto; Recanto das Emas; Riacho Fundo I; Riacho Fundo II; Samambaia; Santa Maria; São Sebastião; SIA; Sobradinho; Sudoeste; Taguatinga; Varjão.

Os públicos-alvo foram crianças e jovens de escolas públicas, famílias, ambientalistas, movimentos socioambientais e culturais, jovens e idosos. Estima-se que 508000 (quinhentas e oito mil.) pessoas foram envolvidas indiretamente no período de 13 de agosto a 13 de setembro, por meio das mídias sociais, o que ultrapassa a taxa de participação popular no projeto virada do cerrado, estimada em 7%, que corresponde a 200.000 (duzentas mil) pessoas. Informa-se também que 45.000 (quarenta e cinco mil) pessoas foram envolvidas diretamente. Meta apresentada e cumprida no Acordo de Resultados para 2016 e indicador atendido para 2016, conforme dados decorrentes de engajamento de seguidores nas redes sociais: *facebook* e o *instagram*).

As atividades da Virada deste ano incluem rodas de conversa, música, oficinas, palestras, mutirões nos parques, feiras agroecológicas, caminhadas, corridas, bicicletadas, contação de histórias, circuito de ciências, cine ambiental, teatro, passeios ecológicos, entre outros. Nos dias 08 e 09 as ações foram de caráter educativo e formativo, com foco na atuação com as escolas e universidades. Nos dias 07, 10 e 11 aconteceram as atividades culturais, esportivas e lúdicas para todos os públicos e idades, sendo que no dia 11 as atividades foram concentradas no Parque da Cidade (Estacionamento 10) onde todos celebraram juntos a Virada do Cerrado, com a realização da corrida pelo clima, cujo tema foi Mudança Climática, Campanha 1.5°C

A parceria entre a população e o governo local foi, mais uma vez, fundamental para a realização da Virada do Cerrado. As cidades do DF mostraram maior engajamento e reafirmam seu papel importante na redução dos impactos ambientais negativos, estimulando soluções políticas e econômicas locais que garantam o desenvolvimento urbano e o crescimento das áreas verdes, com uma gestão participativa e inovações tecnológicas.

Formas de Participação e Apoio Financeiro

A grande maioria das atividades foi autogestionada, ou seja, não necessitou de capital externo para sua execução. As exceções foram às atividades fomentadas pelo Fundo Único de Meio Ambiente (FUNAM) com a abertura de edital de demanda espontânea, no qual a própria SEMA executou o projeto.

A Virada do Cerrado de 2016 utilizou recursos, além dos recursos da SEMA, do Fundo Único de Meio Ambiente (FUNAM) para a realização de grande parte das ações, no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para apoio à contratação de produção de eventos e empresa fornecedora de alimentação. Esse recurso foi disponibilizado mediante demanda espontânea do FUNAM e foi direcionado basicamente para apoiar os locais com infraestrutura (som, tendas, projetores, palco), transporte (ônibus e vans), contratação de serviços especializados, serviços gráficos e alimentação.

Para a realização da Corrida pelo Clima foi utilizado recurso do orçamento LOA/SEMA, no total de R\$ 101.525,00 (cento e um mil, quinhentos e vinte e cinco reais). A Corrida pelo Clima abriu inscrições para 1200 atletas, que foram esgotadas em 140 minutos. A atividade foi uma ação de promoção da qualidade de vida e da campanha "1.5°C – O Recorde que Não Devemos Quebrar", que chama a atenção para a Mudança Climática. Foram organizadas provas de 5 e de 10 quilômetros. Os três primeiros a cruzar a linha de chegada em cada uma das quatro categorias (feminino e masculino para cada percurso) ganharam uma muda de árvore nativa do Cerrado. Todos os inscritos receberam kit com camiseta e chip, além de um pacote com sementes de plantas do Cerrado.

Para a compensação do carbono emitidos durante a Virada do Cerrado, foi realizado o mutirão de plantio em 12 regiões administrativas, totalizando 14 mutirões. O recurso utilizado foi no valor de 32.470,00 (trinta e dois mil quatrocentos e setenta reais) da LOA/SEMA. Foram plantadas 4.000 (quatro mil mudas).



Conselho de Meio Ambiente

O Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, instituído pelo artigo 27, ADT da Lei Orgânica do DF, é composto por dezessete representantes do Poder Público e dezesseis da sociedade civil, sendo:

- ✓ Federação das Associações dos Condomínios Horizontais do Distrito Federal - FACHO – FACHO;
- ✓ Fórum das ONGS ambientalistas do Distrito Federal e Entorno (três vagas);
- ✓ Universidade de Brasília – UNB;
- ✓ Universidade Católica de Brasília – UCB;
- ✓ Instituto de Ensino Superior de Brasília – IESB;
- ✓ Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE/DF (duas vagas);
- ✓ Federação do Comércio do Distrito Federal – FECOMÉRCIO;
- ✓ Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA;
- ✓ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/DF;
- ✓ Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Seção do Distrito Federal – ABRH/DF;
- ✓ Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – ADEMI; e
- ✓ Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção do Distrito Federal – ABES/DF.

Foram realizadas em 2016, seis reuniões ordinárias e sete extraordinárias e não emitiu nenhuma decisão e emitidas duas moções e aprovadas as seguintes resoluções:

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 15 DE JUNHO DE 2016. (DODF Nº 124, 30 de junho de 2016) Constitui Câmara Técnica para aprimoramento do Regimento Interno do CONAM/DF – CTRI.
RESOLUÇÃO Nº 02, DE 17 DE JUNHO DE 2016. (DODF Nº 124, 30 de junho de 2016) Constituir Câmara Técnica para estudar mecanismos e procedimentos para o fortalecimento e aprimoramento da fiscalização ambiental do Distrito Federal.
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 28 DE JUNHO DE 2016. (DODF Nº 146, 01 de agosto de 2016) Aprova o Regimento Interno do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CON A M / D F.
RESOLUÇÃO Nº 04, DE 24 DE AGOSTO DE 2016. (DODF Nº 162, 26 de agosto de 2016)- Aprova o Regimento Interno do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CON A M / D F.

Não foi emitida penalidade pelo Conselho.

02 - Capital das Águas

A SEMA é responsável pelo OE – 02, que se caracteriza por um conjunto de projetos e ações de preservação da água e recuperação ambiental de bacias hidrográficas e áreas estratégicas de água do Distrito Federal.

Preliminarmente, esclareça-se que após revisão do PPA 2016-2019, as metas “Organizar e realizar eventos preparatórios para o 8º Fórum Mundial da Água e Organizar e realizar o 8º Fórum Mundial da Água” ficaram sob a responsabilidade da ADASA.

Para execução das metas “3 - estimular a captação e reuso de águas e 04 – fortalecer a gestão democrática e sustentável das águas, do PPA 2016/2019”, as quais dialogam com o Acordo de Gestão de 2016, foram realizadas ações de: coordenação, articulação e implementação voltadas à proteção e recuperação ambiental na Bacia do Descoberto, São Bartolomeu e Serrinha do Paranoá; e apoio às pesquisas, formulação de políticas públicas e boas práticas sobre águas.

- Cultivando Água Boa

Quanto à implementação do CAB no DF, foram realizadas reuniões com o Comitê Gestor no Paranoá e no Descoberto. Grande partes dos esforços no primeiro semestre foi em captar recursos para implementação do Cultivando Água BOA (CAB) tendo em vista a situação financeira desafiadora do GDF.

Uma importante conquista foi a contratação do Projeto Cidades Sustentáveis-GEF, para implementação de algumas agendas de sustentabilidade no DF, na ordem de 6,7 milhões de dólares para o período de 2017 a 2021. Nesse Projeto foram incluídos recursos para a implementação do Cultivando Água Boa-CAB, na bacia do Descoberto e Paranoá (recuperação florestal, boas práticas conservacionistas, estímulo à agroecologia e educação ambiental).

- ✓ Aliança do Descoberto

Foi criada uma mesa de coordenação técnica que abarca atores de dez projetos que são realizados na bacia e que não dialogavam, ou dialogam muito pouco no território. Para tanto, foi criada uma matriz de convergência dos dez projetos a serem apresentados pelo atores governamentais e a sociedade civil: Rede Agroecológica do Planalto Central; Programa de Reabilitação Ambiental da área rural do DF – Reflorestar; Projeto Descoberto Coberto; Cultivando Água Boa; Água Brasil; Aliança Cerrado; Programa Educação Ambiental nas Escolas; Plano de Manejo e Conservação da Água e do Solo – DF; - Preserva Brasília; Águas do Descoberto; e Programa Adote uma Nascente

- ✓ Microbacia do Guariroba

Importante destacar a definição do Guariroba como microbacia prioritária de atuação no Descoberto, com o desenvolvimento de três oficinas para engajamentos dos produtores locais, o lançamento da Aliança pelo Descoberto e a produção da cartilha do Pacto das Águas do Guariroba.

Com as duas atividades: Aliança do Descoberto e Microbacia do Guariroba a SEMA cumpriu as duas metas previstas no Indicador.

Outro destaque na implementação do Cultivando Água Boa nas bacias do DF foi a realização, do I Curso de adequação de estradas rurais com ênfase em conservação de microbacias, realizado pela EMATER e parceiros como a SEAGRI, Itaipu-Binacional e o DER-DF, que capacitou quarenta operadores de máquinas (tratoristas) do GDF.

No Programa Água Brasil-Fase 02, o qual é conduzido pela ANA, WWF, Fundação Banco do Brasil e Banco do Brasil, a SEMA participou na articulação para atrair para o DF a renovação do novo ciclo do projeto (2016-2020) com a inclusão de duas das bacias: Descoberto e São Bartolomeu.



- Conferência Distrital das Águas no DF

A realização da Conferência está prevista para 2017, porém, em 2016, foi realizada uma primeira rodada de alinhamento entre os atores do Governo e setores usuários de água como etapa preparatória para as pré-conferências, cujo tema será “água”.

- 8º Fórum Mundial da Água

Como a SEMA é parceira direta na realização do 8º Fórum, encontra-se em plena organização um evento oficial preparatório que tem como nome preliminar “ Seminário Águas pela Paz”, com a participação além da SEMA, das Secretarias de Educação e da Cultura, do Ministério do Meio Ambiente e do Conselho Mundial da Água, previsto para outubro de 2017.

Tendo em vista a baixa disponibilidade de recursos em 2016, foi decidido utilizar recursos do GEF para as ações de mobilização para o seminário.

- Centro de Intenções do Centro Internacional de Referência em Água e Transdisciplinaridade (CIRAT)

Os avanços no apoio às pesquisas e formulação de políticas públicas e boas práticas sobre águas no DF após a celebração do Protocolo de Intenções 001/2015, SEMA/SECTI/SES/SEDF/SECULT/SEAGRI/CAESB/ADASA/ IBRAM e JJB, todos órgãos do GDF, processo nº 393.000.040/2015, ocorreram com a realização da segunda etapa do planejamento estratégico do CIRAT e a articulação para a qualificação do CIRAT como centro de categoria 02 (CC2) pelo Programa Hidrológico Internacional da UNESCO. Esta possível qualificação será um importante elemento para a consolidação do OE.

A nova sede do CIRAT foi inaugurada com recursos de parceiros, cuja estrutura foi implantada no Jardim Botânico de Brasília. O principal parceiro foi a organização WWF-Brasil.

Nesse contexto, foi realizada alteração da meta prevista na LOA de 2017, passando a figurar como “ Realização de Estudos e Pesquisas Socioambientais – Implementação do Centro Internacional de Referência em Água e Transdisciplinaridade”.



- Mapa Hidrográfico

O novo mapa hidrográfico do Distrito Federal foi impresso em escala de 1,15 quilômetros, o qual detalha os rios, riachos, ribeirões e córregos que abastecem as oito bacias do território, após aprovação pela Resolução nº 2, de 2015 pelo Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal. Participaram da formulação do mapa, além da SEMA, a ADASA, a CAESB, o IBRAM e a SEGETH.

- Conselho de Recursos Hídricos

A presidência do Conselho é de responsabilidade da SEMA e o conselho é composto de forma paritária: representantes do governo, usuários e sociedade civil:

- ✓ Representantes dos usuários dos recursos hídricos: 04 instituições
 - ✓ Sindicato Rural do Distrito Federal – SRDF;
 - ✓ Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA;
 - ✓ União dos Condomínios Horizontais e Associações de Moradores no Distrito Federal -ÚNICA/DF; e
 - ✓ Federação do Comércio do Distrito Federal - FECOMÉRCIO.
- instituições
- ✓ Representantes das organizações civis relacionadas com preservação de recursos hídricos: 10
 - ✓ Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão - CBH/MA;
 - ✓ Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto - CBH/Preto;
 - ✓ Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranoá - CBH/Paranoá;
 - ✓ Associação Brasileira de Recursos Hídricos - Seção Distrito Federal - ABRH/DF;
 - ✓ Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção Distrito Federal - ABES/DF;
 - ✓ Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS; e
 - ✓ Universidade de Brasília – UnB e Universidade Católica de Brasília – UCB.

No exercício de 2016 foram realizadas quatro reuniões ordinárias e oito extraordinárias e foram aprovadas as seguintes resoluções:

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 04 DE JANEIRO DE 2016. (DODF Nº 45, 8 de março de 2016), Prorrogar o prazo para a consolidação do Sistema de Monitoramento das Chuvas, da Qualidade e da Quantidade das Águas do Distrito Federal.
RESOLUÇÃO Nº 02, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016. (DODF Nº 58, de 28 de março de 2016), Aprovar o Quadro de Metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas – PROGESTÃO.
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 17 DE AGOSTO DE 2016. (DODF Nº 162, de 26 de agosto de 2016), Aprovar a prioridade de alocação dos recursos do PROGESTÃO.

Tendo sido cumprida, desta forma, a meta prevista no indicador para 2016.

03 – Energia e Mudança Climática

As agências estabelecidas pela SEMA preveem a execução de ações sob a perspectiva de dois eixos: energia (projetos estratégicos: I – criação e implementação de plano de eficiência energética; II – Programa Brasília Solar; e III – Expansão, revitalização e modernização das redes de distribuição de energia elétrica) e gestão climática (projeto estratégico: Fortalecimento da gestão de riscos climáticos).

Assim, no contexto da gestão de riscos climáticos, foram realizadas duas ações com recursos orçamentários: um inventário de emissões que objetivou conhecer as principais fontes de emissão de CO2 e equivalentes, denominado Inventário de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Distrito Federal; uma nota técnica sobre evidências científicas para formulação de políticas e planos voltados para gestão e governança no Distrito Federal “Mudanças Climáticas: Detecção e projeções das mudanças climáticas para o Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno”.

Atividade	Público-alvo	Produto
Reporte/ MRV/ Inventário DF/ Publicação impressa do Inventário, com Nota Técnica e apresentações dos secretários de Meio Ambiente e Agricultura	Todo o DF e área técnica (Internalização para a formulação de políticas e planos de mitigação)	Publicação impressa do Inventário de Emissões do DF (2005-2012), 500 exemplares. Catalogação na Fonte ISBN:978-85-68931-02-8.
Elaboração e publicação impressa da Nota Técnica a Formuladores de Políticas e Tomadores de Decisão sobre Mudanças Climáticas no DF e na RIDE	Todo o DF e área técnica (Internalização para a formulação de políticas e planos de mitigação)	Formulação e Publicação impressa da Nota Técnica sobre dados de detecção e projeção de cenários de mudanças climáticas para o DF e RIDE. 500 exemplares. Catalogação na Fonte ISBN:978-85-68931-03-5.

A SEMA, enquanto coordenadora OE 03, apresentou, tendo em vista as características descritas no Eixo: Energia no PPA 2016-2019, a estratégia de constituição do Programa Brasília Solar, destinado à promoção da diversificação da matriz energética no Distrito Federal por meio da implementação de projetos demonstrativos de geração descentralizada de energia solar e eficiência energética.

As ações não orçamentárias envidadas para concretização do Programa Brasília Solar, realizadas em 2016, foram:

Atividade	Público-alvo	Produto
Governança/ Consulta Pública/ Minuta Programa Brasília Solar	Público em geral	40 contribuições + 1.000 downloads da Minuta disponibilizada no site da SEMA. Com boa inserção na mídia (escrita e radiodifusão).
Governança/ Reunião GT Brasília Solar	Todos os atores engajados no GT Brasília Solar	Apresentados os resultados da consulta pública sobre o Programa Brasília Solar. Encaminhada a criação de três subgrupos executivos para a condução dos trabalhos futuros.
Governança/ Reunião GT Brasília Solar	Todos os atores engajados no GT Brasília Solar	Reunião realizada para apresentação de propostas de trabalho ou de comunicação de ações em realização: Secretaria da Saúde (Carta de Adesão), SEMA-CEB-Eletronorte-UnB (Estrutural), SETRAB-SENAI (Escola Social), etc. Encaminhamentos: criação dos subgrupos executivos; consulta sobre o decreto de criação do programa. Memória enviada imediatamente após a realização da reunião.
Elaboração de proposta/ Estudo Incentivo Tributário	CODEPLAN/SEMA	Estudo não realizado em virtude de dispositivos na LRF, mesmo assim, parte foi atendido pelo Decreto nº 37.717, de 19 de outubro de 2016. Cria o programa de estímulo ao uso de Energia Solar Fotovoltaica no Distrito Federal - Programa Brasília Solar, e dá outras providências. Publicado no DOE em 20 out 2016
Integração de agendas/ Fábrica Social Solar/	SEMA, SETRAB, SENAI	Celebração de Contrato nº 002/2016-SENAI/SEMA
Integração de agendas/ UnB	SEMA, UnB	Alunos em conclusão de curso de tecnologia elaborarão projetos solares para a instalação de eficiência energética e placas FV em escolas públicas
Integração de agendas/ Banco Mundial	SEMA, CEB, Banco Mundial	Participação de Brasília no evento do Banco Mundial: Fórum Eficiência Energética em Iluminação Pública no Brasil
Integração de agendas/ ABSOLAR e Japão	SEMA e ABSOLAR	Reunião com representantes de indústrias japonesas sobre o Programa Brasília Solar

As ações não-orçamentárias realizadas no eixo gestão de riscos climáticos em 2016 foram:

Atividade	Público-alvo	Produto
Integração de agendas/ MRV/ CB27	UEC e secretarias de meio ambiente das capitais brasileiras	Capacitação da equipe para o reporte das ações de clima na plataforma do CDB (Carbon Disclosure)
Integração de agendas/ MRV/ Palestra Mesa de Abertura do Evento MCTI - Rumo a uma economia de baixo carbono	Atores públicos e privados, nacionais e sub-nacionais	SEMA/DF reconhecida como protagonista sub-nacional nas agendas de mitigação, monitoramento e reporte de emissões de GEE. Dificuldade para instalar o sistema de monitoramento de emissões (PCPV) Parceria entre SEMA/DF e MCTI para a desagregação dos dados DF dos dados nacionais de emissões Esforço conjunto para a instalação de sistemas de monitoramento de emissões (MRV)
Reporte/ MRV/ Plataforma Carbon Disclosure Program	SEMA, CDP	Reporte público anual do Distrito Federal sobre dados de emissões e medidas de mitigação publicado na plataforma CDP Preenchimento das guias Dificuldades: Ação anual ainda não internalizada ou tomada orgânica
Reporte/ MRV/ Inventário DF/ CONAM	SEMA, CONAM	Dados do Inventário de Emissões do DF (2005-2012) sistematizados e divulgados junto ao CONAM. Boa inserção na mídia (radiofônica, televisiva, digital) Disponibilização para download no site da SEMA/DF. Criação de uma aba CLIMA no site da SEMA/DF.
Integração de agendas/ MRV/ Palestra TRANSPORTE E CLIMA _ junto ao DER	Atores públicos e privados, nacionais e sub-nacionais	SEMA/DF reconhecida como protagonista sub-nacional nas agendas de mitigação, monitoramento e reporte de emissões de GEE na área de transportes.
Integração de agendas/ MRV/ Palestra Agricultura, Recursos Hídricos e Clima _ junto à EMBRAPA CERRADOS	Atores públicos e privados, nacionais e sub-nacionais	SEMA/DF reconhecida como protagonista sub-nacional nas agendas de mitigação, monitoramento e reporte de emissões de GEE na área de agricultura.
Reporte/ MRV/ Plataforma Compact of Mayors		Reporte público anual do Distrito Federal sobre dados de emissões e medidas de mitigação publicado na plataforma internacional Pacto dos Prefeitos Preenchimento das guias Ação anual ainda não internalizada ou tomada orgânica
Integração de agendas/ MRV/ Palestra INCÊNDIOS FLORESTAIS E CLIMA _ junto ao PPCIF	Atores públicos e privados,	SEMA DF reconhecida como protagonista nas agendas de mitigação, monitoramento e reporte de emissões de GEE na área de incêndios florestais
Produção de conhecimento/ Cenários de Clima/ Reunião Técnica	UEC, INPE, INMET, UnB, Embrapa Cerrados, IBRAM	Reunião com cientistas sobre dados climáticos esperados para o DF que resultará em uma Nota Técnica a ser publicada até o final do ano para subsidiar tomadores de decisão e formuladores de políticas Previsão orçamentária de publicação impressa Entrega dos dados ao Governador pelo Secretário Oficina de Comunicação Pública na CLDF
Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ FCO UK Prosperity Fund	SEMA, IBRAM, parceiros externos (e.g WWF Brasil)	03 projetos elaborados 02 propostas apresentadas 00 propostas aprovadas
Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ GEF Cidades Sustentáveis	SEMA e parceiros externos	Proposta apresentada Pré-aprovada Principais linhas estratégicas da UEC com previsão orçamentária para a sua realização
Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ BID PBL Sustentabilidade do Gasto Público	SEMA, SEPLAG, SEF	Proposta elaborada, apresentada ao COFIEIX Sólida parceria entre os entes envolvidos
Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ GCF CAIXA	SEMA, ASSINTER e CAIXA	Reunião CAIXA – sobre oportunidade de acesso a financiamento do Fundo Verde para o Clima
Elaboração de projetos/ BID/ Qualidade gasto Público	SEMA, SEPLAG, SEF	Reunião sobre o Termo de Referência para a captação da capacidade de avaliação da Qualidade do Gasto e Mudanças Climáticas
Integração de agendas/ CAESB	UEC, CAESB	Palestra proferida sobre Água e Clima para técnicos da CAESB, no Miniauditório do Centro de Gestão Águas Emendadas da Caesb (Águas Claras)
Integração de agendas/ Virada do Cerrado	SEMA e Comitê da Virada	Palestra proferida sobre Mudança Climática no Auditório da Fundação Banco do Brasil - SCN
Integração de agendas/ ZEE	UEC, SUPLAM, Codeplan	UEC produziu três textos e participa de reuniões de produção de cenários de desenvolvimento socioeconômico para o DF que considerem a variável da mudança climática
Integração de agendas/ CGDF	UEC, CGDF	Palestra proferida sobre Mudança Climática no DF para técnicos da Controladoria Geral do DF
Integração de agendas/ Virada do Cerrado/ Diálogos dos saberes	SEAMS, UEC, ISA, OC, Católica, IESB	Participação da agenda Diálogo dos Saberes no âmbito da Virada do Cerrado.
Integração de agendas/ Virada do Cerrado	SEMA e Comitê da Virada	Palestras proferidas sobre Mudança Climática no âmbito da Virada do Cerrado
Integração de agendas/ ZEE	UEC, SUPLAM, Codeplan	UEC produziu texto final sobre cenários de clima para o DF contribuindo para a construção de texto sobre cenários de desenvolvimento socioeconômico para o DF que considerem a variável da mudança climática

- Mudança Climática e Virada do Cerrado

Em 2016, a Virada do Cerrado, cujo tema de 2016 foi Mudança Climática, trabalhado a partir dos quatro elementos da natureza: Água, Terra, Fogo e Ar. As ações tiveram o caráter educativo e formativo, com foco na atuação com as escolas e universidades. Também foram realizadas atividades culturais, esportivas e lúdicas para todos os públicos e idades.

Como já descrito no item anterior que trata da Virada do Cerrado, as atividades incluíram rodas de conversa, música, oficinas, palestras, mutirões nos parques, feiras agroecológicas, caminhadas, corridas, bicicletadas, contação de histórias, circuito de ciências, cine ambiental, teatro, passeios ecológicos, entre outros. A parceria entre a população e o governo local é essencial para superar este desafio. As cidades do DF têm um papel importante na redução dos efeitos negativos da Mudança Climática, pois têm o poder de estimular soluções políticas e econômicas que garantam o desenvolvimento urbano e o crescimento das áreas verdes, com uma gestão participativa e inovações tecnológicas.

04 – Saneamento Ambiental

O OE – Saneamento Ambiental é de responsabilidade da SINESP estando a SEMA responsável pelo cumprimento das ações: Construção e operacionalização de três centros de transbordo e triagem – ATTR, até 2018, que atenderá 2.160 catadores de material reciclável, com suporte à implantação da coleta seletiva no Distrito Federal, bem como pela implantação da política de resíduos sólidos, ambas previstas no PPA 2016 a 2019.

Importante ressaltar que a construção dos Centros de Triagem previstos no Projeto BNDES/GDF faz parte de uma ação governamental que envolve a desativação do Aterro do Jóquei, mais conhecido como Lixão da Estrutural e a operação do Aterro Sanitário de Brasília. Não é um Projeto que poderá ser concretizado isoladamente. Será necessário que o Distrito Federal cumpra com as legislações Federal (Lei 12.305/10) e Distrital (Lei 5.418/14) de Resíduos Sólidos estabelecendo primordialmente, coleta seletiva efetiva, estabelecendo metas para a inclusão socioproductiva dos catadores de materiais recicláveis, dentre outros.

- Construção e operacionalização de três centros de transbordo e triagem – ATTR

O Governo do Distrito Federal-GDF tem firmado, desde julho/2013, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável Nº 13.2.0402.1 no valor de R\$ 21.300.000,00 (vinte e um milhões e trezentos mil reais) destinados à construção e o efetivo funcionamento de 03 (três) Centros de Triagem de Resíduos – CTRs e 01 (um) Centro de Comercialização de Materiais Recicláveis, em terreno localizado no Pátio Ferroviário de Brasília cedido pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU à Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal – CENTCOOP, ainda, à aquisição de equipamentos, capacitação, assistência técnica e plano de gestão.

O arranjo atual do Contrato prevê a parceria com órgãos do GDF (SEMA/ADASA/SLU/SINESP/SEDESTMIDH) e órgãos do Governo Federal (Fundação Banco do Brasil-BB e SENAES). A contrapartida financeira está prevista no montante de R\$ 10.602.365,00 (dez milhões, seiscentos e dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais), recursos da SEMA; R\$ 16.428.797,56 (dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos), recursos do SLU; R\$ 1.099.014,73 (um milhão, noventa e nove mil, quatorze reais e setenta e três centavos), com recursos da ADASA; R\$ 536.000,00 (quinhentos e trinta e seis mil), recursos da SEDESTMIDH e R\$ 7.334.225,29 (sete milhões, trezentos e trinta e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte e nove centavos), recursos do BB/SENAES.

Desta forma, o Contrato nº 13.2.0402.1 totaliza o montante de R\$ 57.300.404,17 (cinquenta e sete milhões, trezentos mil e quatrocentos e quatro reais e dezessete centavos).

A construção dos centros de triagem, está prevista no montante de R\$ 24.583.338,99 (vinte e quatro milhões, quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos, cujo edital de Concorrência nº 9/2016, realizado pela NOVACAP, por meio dos processos: nº 112.001.143/2016 e nº 112.002.978/2016, foi suspenso pelo TCDF, Decisão nº 5536/2016, tendo sido retomado em 13 de janeiro de 2016.

Dois atrasos significativos no andamento do processo de licitação para a construção dos Centros de Triagem merecem ser relatados. O primeiro foi da Procuradoria Geral do Distrito Federal que questionou sobre o convênio a ser firmado entre SEMA/NOVACAP e CENTCOOP e o segundo foi do Tribunal de Contas do Distrito Federal que questionou a processo de licitação realizado pela NOVACAP.

Por fim, encontram-se em elaboração os termos de referências destinados à contratação dos demais produtos previstos no Projeto BNDES/GDF para o exercício de 2017.

- Implantação da coleta seletiva no Distrito Federal

Os Planos de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal estão sendo elaborados desde abril/2016, data da assinatura do contrato. Até o momento, foram entregues à Comissão Técnica de Avaliação, o Plano de Trabalho e o Plano de Mobilização e Diagnóstico Preliminar.

Para a elaboração dos diagnósticos foram realizadas 11 (onze) Pré-Audiências em todo o território do DF de forma regionalizada, e para tratar de maneira mais aprofundada questões de Logística Reversa, Resíduos de Serviços de Saúde, Resíduos da Construção Civil e Resíduos Especiais (Agrossilvopastoris, Industriais, Mineração, Saneamento e Transporte) foram realizadas 04 (quatro) Oficinas Setoriais específicas para cada um dos temas. O site e a página do Facebook também são meios de postagem de contribuições por parte da população. No site <http://www.planodesaneamentodf.com.br/> podem ser encontradas maiores informações.

O último documento entregue à Comissão Técnica foi o Diagnóstico Situacional, um documento com os dados compilados das contribuições recebidas nas pré-audiências e oficinas, em documentos cedidos pelo governo e entrevistas realizadas pela SERENCO (empresa contratada para realização do Plano Distrital de Saneamento Básico e do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos). Este documento está em fase de análise e avaliação pela equipe técnica dos órgãos que compõem a Comissão.

05 – Brasília Verde

No PPA 2016-2019, o OE prevê a recuperação dos parques usando recursos de compensação ambiental e gestão compartilhada com a participação de instituição sem fins lucrativos. Nesse contexto, a adequação e revisão da legislação vigente avançou em 2016 e para a manutenção e recomposição da vegetação foram previstas duas ações estratégicas: Brasília nos Parques e Recupera Cerrado.

- Recupera cerrado

No quesito conservação, foram implementados esforços na prevenção e combate aos incêndios florestais:

Aperfeiçoamento da atuação interinstitucional de combate aos incêndios florestais, inclusive com a criação de um mosaico de instituições que atuam no combate aos incêndios ocorrentes na APA Gama-Cabeça de Veado (Jardim Botânico de Brasília, Reserva Ecológica do IBGE, Fazenda Água Limpa da UnB, Base Aérea da Aeronáutica, Área Alfa da Marinha, Caesb, Ibram e Corpo de Bombeiros Militar do DF);
Desenvolvimento de um protocolo de responsabilização por incêndios florestais;
Elaboração, em conjunto com o GDF, de uma campanha institucional sobre o tema, alcançando diversas mídias (redes sociais, out-doors, televisão, rádio, etc.);
Realização de eventos de articulação e prevenção (articulação com os conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Rural do DF, 17º e 18º Fóruns do PPCIF, reunião anual de avaliação e de planejamento, mutirões de conscientização e participação na Virada do Cerrado, com a tenda do fogo). Público-alvo: toda a população urbana e rural do Distrito Federal;
Impressão de 2000 exemplares do "Almanaque do Fogo", associada aos esforços de articulação da sociedade civil em ações do Programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais;
Impressão de 10.000 folders sobre o programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, alertando a população sobre os prejuízos e consequências dos incêndios florestais.

- Unidades de Conservação

Foram formados conselhos consultivos e grupos de trabalho, com a participação de governo e sociedade, de apoio à gestão de unidades de conservação. Estão em funcionamento os conselhos consultivos da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Granja do Ipê, Parque Ecológico Burle Marx e recriação do Conselho da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal, além dos grupos de trabalho referentes aos Parques e unidades de conservação da região do Gama e o Parque das Esculturas, no Altiplano Leste. Em fase de articulação para criação, estão os conselhos das Áreas de Proteção Ambiental do Gama-Cabeça de Veado e Paranoá e da Área de Relevante Interesse Ecológico Parque JK.

O Conselho da Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê foi criado por meio do Decreto nº 37.198, de 21 de março de 2016. Desde então, foram realizadas 4 reuniões ordinárias do Conselho. Ao longo dessas reuniões foi construído o Regimento Interno do Conselho, elaborado um Plano de Ação e criados Grupos de Trabalho.
O Conselho do Parque Ecológico Burle Marx foi criado por meio do Decreto nº 37.274, de 22 de abril de 2016. A reunião de instalação do Conselho foi realizada no dia 17/08/2016 e já houveram mais duas reuniões, com discussão do regimento interno do Conselho e das medidas emergenciais de recuperação do Parque, além da revisão do plano de manejo e edital do projeto executivo.
O Comitê Distrital da Reserva da Biosfera do Cerrado foi criado por meio do Decreto nº 37.615, de 9 de setembro de 2016 e sua instalação aconteceu no dia 29/11/2016.
O Conselho da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE JK, teve elaboração participativa com representantes da comunidade da minuta de decreto para criação do Conselho, que foi autuado e protocolado na SEMA em 31/05/2016. Seguiu para o IBRAM no dia 17/08/2016 e ainda não retornou à SEMA para encaminhamento à Governadoria.
Os Grupos de Trabalho sobre os Parques do Gama e Parque das Esculturas, no Altiplano Leste, foram instalados em uma primeira reunião, com encaminhamentos para a continuidade dos trabalhos a partir de fevereiro de 2017.

- Formação da Aliança Cerrado

Foi constituído o Fórum institucional de articulação de ações de conservação, recuperação e uso sustentável do Cerrado, cujos grupos de trabalho desenvolveram diversos produtos, quais sejam:

Instituição do Programa Recupera Cerrado, com publicação do Decreto Distrital nº 36.646/2016, que permite a utilização de recursos de compensação ambiental devidos por instituições públicas e privadas em contratação, por meio de editais, de projetos para recuperação de áreas degradadas do Cerrado do Distrito Federal.
Elaboração de minuta de decreto de compensação florestal, supressão de vegetação e tombamento de indivíduos arbóreos, o qual permitirá estabelecer novas regras, em caráter definitivo, para estes assuntos, tomando os procedimento mais simples para os usuários e mais eficazes para a recuperação e conservação do Cerrado e da vegetação urbana do DF.
Elaboração do mapa de áreas prioritárias para conservação e restauração do Cerrado da vegetação nativa do Distrito Federal, com base nas diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico, que servirá de base para a priorização das ações nestes campos de trabalho da política ambiental do DF.

- Cerratenses

O Cerratenses - Centro de Excelência do Cerrado – é um centro de convergência, desenvolvimento e difusão de conhecimento sobre o Bioma Cerrado. O Cerratenses tem por missão subsidiar a construção de políticas públicas para o Cerrado por meio da gestão e consolidação da informação e do fortalecimento institucional entre entidades dos campos governamental e acadêmico, da pesquisa e da sociedade civil organizada, empresas e entidades em geral, tanto públicas quanto privadas, do país e do exterior.

Dentre as atividades exercidas pelo Cerratenses, destaca-se a gestão e organização da Aliança Cerrado. A Aliança Cerrado atua como um fórum permanente, resultado da integração de esforços da sociedade civil, parceiros governamentais, empreendedores e academia. Entre março e setembro de 2015, o GT Recupera Cerrado, criado por iniciativa conjunta da sociedade civil e da Secretaria de Meio Ambiente do DF, trabalhou propostas de políticas públicas para recuperação do Cerrado, culminando na proposta de uma grande Aliança pelo Cerrado.

O objetivo central do Fórum Aliança Cerrado é a construção e monitoramento de políticas públicas para o Cerrado que incluirão o aprimoramento e cumprimento da legislação ambiental, mecanismos financeiros, o fortalecimento da agenda ambiental na governança das bacias hidrográficas e proteção dos mananciais, a recuperação de áreas degradadas, áreas de preservação permanentes e reservas legais públicas e/ou privadas, bem como valorização histórico-cultural do bioma e suas culturas tradicionais.

Além de fomento à conservação, ocupação do solo e uso sustentável do Cerrado por meio de pesquisa, promoção da educação ambiental e de uma cultura de valorização do bioma e de sua sociobiodiversidade, a Aliança Cerrado trabalha para estimular práticas inovadoras de restauração de vegetações nativas do Cerrado como agroflorestas, plantio direto, semeadura, condução da regeneração natural e ainda a promoção de produção agrícola sustentável, como agrofloresta, agroecologia, práticas de agricultura de baixo carbono e o desenvolvimento de mecanismos financeiros que incentivem, estimulem e apoiem a conservação, a recuperação ambiental e uso sustentável do Cerrado no Território do Distrito Federal e RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal).

Atualmente o Fórum Aliança Cerrado vem ocupando espaços de referência Nacional e Internacional por meio de projetos e políticas para o bioma e desta forma está se ampliando para ações regionais e nacionais que vão além da pauta de conservação do cerrado no DF. A Aliança Cerrado é organizada a partir de Acordo de Reciprocidade Multilateral assinado por instituições de níveis local, nacional e internacional. Neste acordo estão definidas as diretrizes da Aliança a periodicidade de encontros do Fórum, as instâncias de gestão e de trabalho. A forma de gestão é definida por Grupo Executor formado por governo e sociedade civil, sendo este grupo responsável pela execução e acompanhamento do plano estratégico elaborado durante o primeiro ano do Fórum pelos participantes da Aliança.

A Aliança Cerrado é organizada em 8 Grupos de Trabalho: Legislação, Métodos e Pesquisas, Sistema de Informações, Comunicação, Sociobiodiversidade, Mecanismos Financeiros, Conservação e Educação Ambiental. As atividades dos grupos de trabalho da Aliança Cerrado ocorrem predominantemente no Centro Cerratenses.

O Fórum foi inaugurado com 25 instituições em setembro de 2015 e com 1 ano de funcionamento finalizou 2016 com 55 instituições membros participantes. Em 2016, teve como prioridade a elaboração do Plano de Recuperação do Cerrado no DF, definindo mecanismos legais e financeiros, áreas prioritárias de recomposição florestal, bem como metas de reflorestamento para os próximos anos no DF, valorização cultural do cerrado e melhoria da pesquisa e gestão de unidades de conservação.

Desta forma, o Cerratenses por meio da gestão e organização da Aliança Cerrado vem fortalecendo a pauta do cerrado na agenda local e, certamente contribuirá em 2017 com a agenda Nacional e Internacional para o cerrado, considerando estratégica a promoção da importância do cerrado durante do Fórum Mundial das Águas em 2018, em busca da preservação do bioma onde brotam as principais bacias hidrográficas brasileiras.

- Cadastro Ambiental Rural – CAR e Programa de Regularização Ambiental – PRA

Em articulação com o Ibram e outras instituições pertencentes à Aliança Cerrado, foram produzidos:

Elaboração de minuta de Decreto que trata do Programa de Regularização Ambiental – PRA, estabelecendo mecanismos inovadores de estímulo econômico aos produtores que aderirem a esse Programa, tanto no que se refere à recuperação de seus passivos ambientais quanto na valorização daqueles que preservarem além do exigido por lei, a partir da criação de cotas de reserva ambiental que podem ser comercializadas com aqueles devedores de passivos, gerando renda extra ao seu proprietário e garantindo áreas de remanescentes de cerrado;
--

Disponibilização de recursos do Funam, por meio de convênios com a Emater e com o Ibram, com o objetivo de viabilizar o apoio da Emater na obtenção dos cadastros dos produtores rurais e para o Ibram organizar a metodologia e capacidade operativa para análise e validação dos cadastros realizados e apoiar a Emater em ações de divulgação e publicidade, permitindo mais eficiência e eficácia na implementação do CAR e do PRA.

- Programa Brasília nos Parques

O Programa Brasília nos Parques foi instituído pelo Decreto Nº 37.115, em 15 de fevereiro de 2016, para aprimorar o uso público dos parques e unidades de conservação distritais, coordenando os esforços dos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal. Trata-se de um Programa que tem como objetivo oferecer serviços e atividades públicas nos parques e nas unidades de conservação voltados à saúde, educação, esporte, turismo, cultura, trabalho, assistência social, dentre outros, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para a implementação do Programa, foi constituído um Comitê Gestor com a participação de 11 órgãos e entidades, sendo dois representantes de cada - titular e suplente – que visa coordenar e gerir o Brasília nos Parques em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema-DF) e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram-DF). Além dos dois órgãos, o Comitê é composto pelas seguintes Secretarias: Secretaria de Estado de Cultura (SEC-DF); Secretaria de Estado de Educação (SEE-DF); Secretaria de Estado de Saúde (SES-DF); Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer (Setul-DF); Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social (SSP-DF); Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF); Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e

Direitos Humanos (Sedestmid-DF); Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SeCriança-DF); e Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Sejus-DF).

No dia 12 de abril de 2016, foi instalado o Comitê Gestor e realizada a sua primeira reunião para apresentação do Programa e do Decreto de criação aos integrantes do grupo. Dentre as definições no encontro, destaca-se a escolha de cinco parques para dar início ao Programa: Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Três Meninas (Samambaia), Parque Ecológico Saburo Onoyama (Taguatinga), Parque Recreativo Sucupira (Planaltina) e Parque Ecológico Ezequias Heringer (Guará). A escolha desses parques ocorreu porque os cinco já integram o projeto Parque Educador, instituído por meio da Portaria Conjunta nº 2, de 17 de junho de 2015, que estabelece parceria entre a SEE-DF, Sema-DF e Ibram-DF.

Ao longo do ano de 2016, também foram promovidas outras três reuniões do Comitê Gestor: em 24 de maio; 12 de julho; e em 06 de dezembro, quando foi apresentada uma proposta da SSP-DF para a revitalização da área de convivência do Parque Saburo Onoyama. O mencionado parque foi escolhido para ser um projeto-piloto do Programa, onde serão desenvolvidas ações e iniciativas integradas, envolvendo diferentes órgãos de governo e atores da comunidade e sociedade civil. Na reunião do dia 06 de dezembro, os integrantes do Comitê Gestor ainda criaram um grupo de trabalho menor para a elaboração do projeto-piloto e o respectivo plano de ação para o Saburo Onoyama, além de um cronograma das atividades. O primeiro encontro deste GT ocorreu no dia 14 de dezembro, formado por representantes da Sema-DF, Ibram-DF, Setul-DF, SSP-DF Seagri-DF e SEE-DF.

Além dos encontros do Comitê Gestor, destacam-se as seguintes ações durante 2016:

- Reuniões trilaterais com os órgãos integrantes do Comitê Gestor e Ibram para adequação e detalhamento das atividades propostas, a citar: Programa Parque Educador e feiras orgânicas nos parques.

- Sob a coordenação do Ibram-DF, houve mutirão para limpeza da lagoa de Brazlândia e a revitalização do Parque Ecológico e de Uso Múltiplo da Asa Sul, em comemoração a Semana do Meio Ambiente e ao 9º aniversário do Instituto, no mês de junho.

- No contexto do Programa Virada do Cerrado, realizado pela Sema-DF no mês de setembro, em todo o DF, junto com diversos parceiros, atividades nos seguintes parques (<http://tonavirada.org/programacao/>):

- Águas Claras - Visitas de escolas, trilhas interpretativas, palestras, exposição, atividades esportivas, feira de trocas, etc;

- Parque Veredinha (Brazlândia) - Mutirão de limpeza das trilhas e do córrego do Parque e caminhada ecológica;

- Parque das Garças (Lago Norte) - Abertura da Virada do Cerrado, com oficinas, atividades esportivas, feira de tecnologias sustentáveis e projetos sociais;

- Parque Olhos d'Água - Atividades esportivas, feira de trocas, palestras, ioga, workshop de cozinha vegana;

- Parque do Paranoá - Mutirão de limpeza e revitalização do parque, atividades esportivas e de lazer;

- Bosque dos Eucaliptos (Guará) - Mutirão de limpeza do parque;

- Parque Denner (Guará) - Atividades culturais;

- Parque Ecológico Sucupira (Planaltina) - Trilha com escolas e apresentações culturais;

- Parque Três Meninas (Samambaia) – Chegada do passeio ciclístico e show;

- Parque Sementes do Itapoã - Inauguração do marco do parque;

- Parque Ecológico Ezechias Heringer (Guará) - Trilhas, oficina de agricultura urbana, atividades culturais;

- ARIE Granja do Ipê (Park Way) - Abraço na nascente do Rio do Capão Preto;

- Parque Ecológico do Riacho Fundo I - Palestras, atividades culturais, exposições;

- Parque Ecológico e Vivencial Recanto das Emas - Atividades culturais e de educação ambiental, limpeza do

Parque e atividades esportivas;

- Parque dos Jequitibás (Sobradinho) - Atividades lúdicas, de autocuidado, esportivas e de educação ambiental;

- Parque Gatumé (Samambaia) - Sarau Complexo da Virada do Cerrado, horta urbana e limpeza do parque.

- Parque dos Pequizeiros – Trilha para reconhecimento da biodiversidade e mapeamento das condições do

Parque.

Ainda dentro da programação da Virada do Cerrado, foram realizados plantios de mudas do Cerrado como parte do Plano de Compensação de Carbono das atividades promovidas em setembro:

- Parque Veredinha - plantio de 500 mudas, com a participação de escolas de Brazlândia;

- Parque da Cidade - plantio de 50 mudas no entorno da Sede dos Escoteiros (Estacionamento 3 e plantio de 30 mudas, na Escola da Natureza).

A SSP-DF elaborou um diagnóstico dos seguintes parques: Águas Claras; Ezechias Heringer; Sucupira; Três Meninas; e Saburo Onoyama. Ao todo, foram 11 técnicos da Subsecretaria de Gestão da Informação (SGI) direta e indiretamente envolvidos na realização do diagnóstico, por meio de 15 dias de visita aos seis parques, seis entrevistas com agentes de parques e 501 questionários aplicados junto aos frequentadores desses espaços. A partir deste levantamento, foi possível aprofundar a questão da segurança nos parques, subsídio importante para o êxito do Programa Brasília nos Parques.

Como ação decorrente do diagnóstico, foi identificado que o Parque Ecológico Saburo Onoyama é um dos mais frágeis na área de segurança e ficou definido o encaminhamento de uma proposta-piloto da SSP para o referido espaço, a ser apresentada na reunião do Comitê Gestor.

A Sedesthmid articulou atendimento e oficinas de promoção da saúde, em comemoração ao Dia Internacional do Idoso, no Parque Ezequias Heringer. Em parceria com Instituto Avon e Universidade Integrada Paulista (Unip), a Secretaria realizaram atividades do aniversário de Planaltina, no Parque Sucupira; e, em homenagem ao Outubro Rosa, organizaram caminhada de mulheres na luta contra o câncer no Parque Ecológico Águas Claras.

A SEMA e a Secretaria de Cultura-DF elaboraram edital do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) Nº 03/2016 - FAC Ocupação - que incluiu a categoria "Cultura nos Parques" para o desenvolvimento de ações culturais em parques do DF. Foram inscritas 30 propostas que, atualmente, encontram-se na fase de Admissibilidade do Projeto. Serão R\$700.000,00 destinados para, no mínimo, 14 projetos culturais em diversos parques. Nesta linha de apoio, os projetos deverão prever ações de prevenção e sustentabilidade e, ainda, todas as atividades serão gratuitas ao público.

Para a realização de feiras orgânicas nos parques que integram o Programa, a Sema-DF articulou com a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF) a inclusão da comercialização de produtos orgânicos em parques. A iniciativa fará parte do programa "Direto da Roça Brasília", que será lançado em fevereiro de 2017 e, também, comercializará, em outros pontos do DF, produtos da agricultura tradicional e agroindustriais. A Seagri-DF integra o Comitê Gestor do Brasília nos Parques, coordenado pela Sema-DF em parceria com o Instituto Brasília Ambiental (Ibram-DF).

Para articular a criação de Conselhos dos Parques, a Sema-DF articulou-se com a sociedade civil e realizou reuniões em Veredinha, Três Meninas, Saburo Onoyama, Asa Sul e Sucupira. A maior receptividade ocorreu no Parque da Asa Sul, que resultou em mais dois encontros posteriores para a constituição de um grupo de "Amigos do Parque da Asa Sul". Foram identificadas oportunidades de parceria com a iniciativa privada visando à melhoria da infraestrutura do parque.

06 – Direitos dos Animais

- Articulação institucional para a conservação da fauna e defesa dos direitos animais

Atividade	Público-alvo	Resultado
Coordenação do Processo Simplificado para o cargo de Diretor-Presidente da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	Servidores da Fundação Jardim Zoológico de Brasília e visitantes.	Publicação do Edital de Recrutamento e Seleção (DODF no 84, de 04 de maio de 2016). - Publicação de Portaria no 29, de 04 de maio de 2016, que instituiu o Comitê de Busca composto por representantes da Secretaria do Meio Ambiente, Ordem dos Advogados do Brasil no DF, Conselho Regional de Medicina Veterinária do DF, Universidade de Brasília e um médico veterinário ex diretor-presidente da Fundação Jardim Zoológico de Brasília. - Publicação de Portaria no 46, de 15 de junho de 2016, com a lista dos candidatos habilitados. - Publicação de Portaria no 61, de 03 de agosto de 2016, com a divulgação da Lista Tríplice. - Foram realizadas sete reuniões para seguir o passo-a-passo das etapas do Edital. Concorreram 11 candidatos, destes seis foram habilitados e entrevistados pessoalmente. Após classificação final os três primeiros fizeram a composição de uma Lista Tríplice enviada ao Governador do Distrito Federal. O candidato selecionado pelo Governador foi o médico veterinário, Sr. Gerson Norberto, que tomou posse em 17 de outubro de 2016.
Projeto de Controle Reprodutivo de Animais Domésticos -	Tutores de cães e gatos e grupos e ONGs de proteção animal	Apoio ao IBRAM na execução de três mil castrações de cães e gatos utilizando o Castramóvel. Realização do cadastro, triagem e avaliação. Acordo de Cooperação Técnica entre SEMA, IBRAM e UNB para o Departamento de Medicina Veterinária utilizar o Castramóvel até dezembro de 2018.
Coordenação do Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais – CIPDA	Sociedade do Distrito Federal	11 reuniões ordinárias realizadas - Aprimoramento de texto de projetos de lei - Fortalecimento de parceria entre órgãos de fiscalização – Ibama, IBRAM, Polícia Civil e Polícia Militar Ambiental
Construção do primeiro ParCão do Distrito Federal com objetivo de promover o bem-estar e a socialização de cães.	- Moradores do Lago Norte	Elaboração do projeto com apoio da Administração do Lago Norte, ONG Projeto Adoção São Francisco e a médica veterinária especialista em comportamento animal, Dra Cecília Carrero - Projeto elaborado e empresa contratada

PROGRAMA TEMÁTICO: 6202 – BRASÍLIA SAUDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4091 - APOIO A PROJETOS	0	0	0	0
5850 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO EDUCAÇÃO PELA ARTE NO DF-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6202	0	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	600.000	272.593	0	0
5885 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEMA-DF	600.000	272.593	0	0
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	100.000	69.932	37.420	37.420
0001 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO--DF	100.000	69.932	37.420	37.420

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	100.000	33	0	0
0002 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	100.000	33	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	50.000	6.061	0	0
6079 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS--DF	50.000	6.061	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	850.000	348.619	37.420	37.420

01 – Preservação e Planejamento Territorial Sustentável

- Sistema de Informações ambiental para o DF - SISDIA

O foco na integração dos sistemas governamentais é fundamental e a modelagem do SISDIA tem uma importância fundamental, possibilitando bases para resultados do Programa TERRITÓRIO DA GENTE, assim como as diretrizes do ZEE, as quais possibilitarão a disciplina no uso e na ocupação do solo do Distrito Federal.

Para a Modernização do Sistema de Informação da SEMA foi constituído o Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação – CGTI visando a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da SEMA (Portaria nº 57, de 27 de julho de 2016) com a definição de ações para a modernização de sua base tecnológica e de sua infraestrutura informacional, tendo sido o mesmo finalizado, e iniciada a elaboração do Plano Diretor de Geoinformação do Sistema Distrital de Meio Ambiente (Portaria nº 58, de 27 de julho de 2016), com o objetivo de integrar os sistemas informatizados, uniformizar procedimentos, treinar pessoal e padronizar os métodos e rotinas de trabalho.

Para a implantação do Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA, instituído pelo art.279, inciso IX, da Lei Orgânica, e a Lei Distrital Nº 3.944/2007, foram realizadas diversas reuniões de trabalho para elaboração do projeto de implantação em 2017, o qual foi aprovado para receber financiamento de recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility - GEF), no âmbito do programa Cidades Sustentáveis.

No que concerne ao projeto de implantação do SISDIA, importa ressaltar sua apresentação na Agência Espacial Europeia em setembro, para início dos trabalhos de desenvolvimento de indicadores ambientais, evento no qual o SISDIA obteve destaque internacional em virtude de seu caráter inovador, ao trazer o entendimento da gestão territorial a partir dos riscos ambientais e a capacidade de suporte ambiental.

Importante destacar ainda as seguintes ações finalísticas:

Participação efetiva na elaboração do decreto da Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal - IDE/DF, Decreto nº 37.612, de 09 de setembro de 2016, tendo por um dos principais objetivos a promoção do adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disponibilização e no uso da geoinformação sobre o território e a população do Distrito Federal, aos órgãos ou entidades públicas pertencentes à Administração do Distrito Federal;
Elaboração de 155 mapas temáticos para apoio em relatórios, apresentações, pareceres técnicos, etc.
Fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 151 usuários GDF-NET com dois grandes nichos informacionais abrangendo 387 arquivos <i>shapefiles</i> ;
Contribuição técnica na construção da Matriz de Prioridade de Combate à Grilagem (MARIS) e fornecimento de informações ambientais para a elaboração do Mapa de Combate à Grilagem e Ocupação Irregular no Distrito Federal;
Fornecimento de informações ambientais para a elaboração do mapa de prioridade de áreas de recuperação.

- Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF

Foram realizadas diversas reuniões de trabalho e apresentações, conforme o que segue abaixo:

10 (dez) reuniões da Coordenação Política do ZEE-DF, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473, de 30 de abril de 2015, envolvendo 8 Secretários de Estado (Casa Civil, SEPLAG, SEMA, SEGETH, SEAGRI, SEDS, SEMOB e SECTI) e ampliado para todos os presidentes de autarquias e empresas públicas distritais (CAESB, TERRACAP, AGEFIS, IBRAM, EMATER e ADASA);
114 (cento e quatorze) reuniões da Coordenação Geral Técnica do ZEE-DF, instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, envolvendo SEMA, SEGETH, SEAGRI e SEDS;
07 (sete) reuniões da Comissão Distrital do ZEE-DF, instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, envolvendo 23 órgãos;
Apresentações do ZEE-DF em 07 (sete) Conselhos Distritais, sendo: no Conselho de Meio Ambiente (CONAM-DF); no Conselho de Recursos Hídricos (CRH-DF); no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (CONPLAN); no Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPTM); no Conselho de Política de Desenvolvimento Rural (CPDR); no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); no Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais (CIPDA).
A qualificação da Base de Dados do ZEE-DF, que atualmente conta com cerca de 150 usuários cadastrados em órgãos do GDF e no MPDFT, com projeto em andamento para disponibilização a usuários de órgãos federais;
O lançamento do Portal Eletrônico do ZEE-DF em março/2016, cujo número de consultas ao referido portal, ao longo do ano de 2016, alcançou a marca de 16.360 acessos, superando a meta de 200 acessos prevista para 2016;
A disponibilização do texto de referência para o Anteprojeto de Lei do ZEE/DF com vistas à consulta pública online (http://www.zee.df.gov.br/ozee/consulta-publica.html) em outubro/2016, totalizando 2.200 acessos à página e ainda, com a realização de quatro consultas públicas presenciais nas Regiões Administrativas de Sobradinho, Samambaia, Plano Piloto e Ceilândia (público total: mais de 170 pessoas).

É válido esclarecer que, em razão das 10 reuniões realizadas no âmbito da Coordenação Política do ZEE/DF durante os meses de outubro a novembro de 2016, para consolidação do texto de referência do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, e por decisão da referida Coordenação, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473/2015, a realização da Audiência Pública e a tramitação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal, previstos para novembro de 2016, ocorrerão no 1º semestre de 2017.

O novo texto consolidado no âmbito da Coordenação Política foi publicado para consulta pública no Portal Eletrônico do ZEE/DF em 20 de dezembro de 2016. Para a divulgação da Audiência Pública do ZEE-DF, que está prevista para o mês de março de 2017, foi elaborado conteúdo técnico para a impressão de 4.000 folders e cerca de 5.000 exemplares da Revista/Cartilha, publicação explicativa do ZEE/DF.

A aprovação do referido Projeto de Lei na Câmara Legislativa do DF constitui elemento condicional para o desenvolvimento de ferramentas e indicadores da capacidade de suporte ambiental e socioeconômica do território, bem como para a elaboração e publicação do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal, cuja produção acontecerá em 2017.



- Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal

Para a elaboração e publicação do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal encontra-se em fase de finalização o Termo de Referência para serviços técnico-profissionais com vistas à elaboração de 04 (quatro) Termos de Referência para a contratação da produção de conteúdo técnico, projeto gráfico e impressão do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal nas seguintes versões: (i) edição para sistema educacional (crianças e adolescentes); (ii) edição para os técnicos (estudos técnicos aprofundados); (iii) edição de luxo em diversos idiomas (idiomas a definir); (iv) edição específica para o Fórum Mundial das Águas (2018).

02 – Pacto pelo Licenciamento Integrado e Governança

- Melhorias nos Atos Autorizativos, consoante ao Objetivo Específico “Pacto pelo Licenciamento”, do Planejamento Estratégico do Governo de Brasília

A SEMA tem trabalhado na proposição de instrumentos para aprimorar, simplificar e dar celeridade ao ato autorizativo de licenciamento. Neste sentido, a primeira ação consistiu na construção de um olhar integrador das leis e regras que incidem nos atos autorizativos ao nível do território no Anteprojeto de lei do Zoneamento Ecológico Econômico do DF (ZEE/DF) de sorte a minimizar ou eliminar as dúvidas que resultam em interpretações contraditórias nos atos autorizativos. A segunda ação consistiu na instituição, no âmbito do texto do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, de novo instrumento, específico para regimento do licenciamento ambiental, do licenciamento urbanístico, bem como da outorga do uso da água, a qual prevê critérios técnicos claros para a tomada de decisão dos atos autorizativos, com vistas a maior transparência, controle social, agilidade e redução da discricionariedade dos servidores públicos durante a análise e tomada de decisão.

Este instrumento está nominado como “Matriz Multicritério de Pontuação, Priorização, Aprovação para o Licenciamento Ambiental, Licenciamento Urbanístico e Outorga do Uso da Água” e será objeto de regulamentações específicas a partir da aprovação da Lei do ZEE/DF. Estas três matrizes passam a ser requisitos para a aprovação dos projetos relativos à fase de Viabilidade Ambiental (pré-requisito para a expedição de Licença Prévia), Licenciamento Urbanístico (pré-requisito para a expedição de Licença Prévia, após aprovação no CONPLAN) e outorga pelo uso da água (pré-requisito a ambas licenças ambientais).

A aproximação e a troca de experiências com o Poder Público da Prefeitura de Estocolmo (Suécia), cuja aproximação tem possibilitado a construção de um Acordo de Cooperação Técnica com o Consórcio “Cuidando da Cidade”. Um dos instrumentos desenvolvidos pelo Consórcio sueco consiste no “Fator Verde”, instrumento que traz segurança e agilidade na tomada de decisão de projetos urbanísticos, considerando os fatores ambientais e meios de induzir a biodiversidade em ambientes urbanos, especificamente, por meio dos projetos em análise. Ademais, os trabalhos em curso com a Universidade de Brasília, relativos à definição do impacto aos Serviços Ecossistêmicos decorrentes dos padrões urbanos do DF constituem, juntamente com a parceria sueca, bases técnicas para o desenvolvimento das três matrizes propostas na lei do ZEE/DF.

A aproximação com o Consórcio “Cuidando da Cidade” teve as seguintes atividades:

Oficina sobre Resiliência e Serviços Ambientais Urbanos, promovida pela SUPLAM/SEMA-DF, realizada no MMA, em janeiro/2016 em parceria com a Rede Sueca Cuidando da Cidade e pesquisadoras da Universidade de Estocolmo. Público: cerca de 90 pessoas em dois dias de evento; contou com duas reuniões presenciais na Sema; e Diversas reuniões via Skype.

Ainda no contexto do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, para cumprimento de seus objetivos e estratégias, é válido ressaltar que está sendo proposta a elaboração da Política Integrada de Controle e Fiscalização no DF e instituído o Mapa de Combate à Grilagem e Ocupações Irregulares no DF, resultado da articulação interinstitucional entre SEMA, IBRAM e AGEFIS.

Ademais, compõe o eixo do Programa de Governo de Brasília, como projeto prioritário do Programa Território da Gente e são metas de responsabilidade do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Brasília Ambiental – IBRAM:

- a elaboração do caderno de Instruções Normativas do licenciamento ambiental;
- o levantamento de requisitos de sistema de licenciamento ambiental;
- a formulação de modelo para remodelagem do processo de licenciamento ambiental interno ao IBRAM, com definição das corresponsabilidades.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.000	8.400	0	0
0026 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	10.000	8.400	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10.000	8.604	0	0
5365 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	10.000	8.604	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	49.000	707	0	0
5174 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	49.000	707	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10.000	8.604	0	0
5824 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL	10.000	8.604	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	18.742.531	17.940.225	12.933.943	12.933.943
8747 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	18.742.531	17.940.225	12.933.943	12.933.943
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	833.893	533.893	397.495	397.495
9572 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	833.893	533.893	397.495	397.495
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3.119.639	499.803	474.863	409.562
9661 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	3.119.639	499.803	474.863	409.562
TOTAL DO PROGRAMA 6001	22.775.063	19.000.235	13.806.300	13.741.000

Tendo em vista a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da SEMA somente no último trimestre de 2016 a Gestão da Informação ficou prejudicada e com relação a conservação das estruturas físicas, a SEMA alocou para 2017 recursos para a conservação de três próprios.

Não há despesa com pagamentos de jetons.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	450.000	71.250	0,00	0,00
0017 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEMA-DISTRITO FEDERAL	450.000	71.250	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	480.000	1.209.672	1.193.403	1.075.911
7206 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DISTRITO FEDERAL	480.000	1.209.672	1.193.403	1.075.911
TOTAL DO PROGRAMA 0001	930.000	1.280.822	1.193.403	1.075.911

Em 2016 foram executadas quitações de despesas de exercícios findos referentes a ressarcimentos de servidores cedidos à SEMA de 2011 a 2014 pela Fundação Universidade de Brasília e à Polícia Militar do Distrito Federal.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

01- Cidadania e Sustentabilidade Socioambiental

Com relação a duas ações não-orçamentárias previstas no presente OE: a revisão do decreto de regulamentação da Lei nº 3.833, de 27 de março de 2006, foi apresentada uma proposta da Secretaria de Meio Ambiente à CIEA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental) coordenada pelo IBRAM que não convocou reunião para debater a proposta devido às demandas prioritárias da comissão. Espera-se que a revisão entre na pauta em 2017; e a regulamentação da Lei nº 4772, de 24, de fevereiro de 2012, que dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal, iniciou-se um debate, porém verificou-se que a competência é da Secretária de Agricultura.

02- Energia e Mudança Climática

No PPA 2016-2019 está prevista a implantação e o funcionamento de placas solares em onze escolas públicas e em um hospital público, cuja meta estava vinculada a liberação de recursos oriundos de emenda parlamentar em 2016, o que

não aconteceu. Entretanto, a meta se mantém para ser realizada em 2017-2018 com recursos do GEF (Programa Cidades Sustentáveis-Fundo Global para o Meio Ambiente).

Ademais, existem ações que correram à conta de recursos orçamentários do FUNAM-Fundo Único de Meio Ambiente como: a contratação de insumos e da capacitação para 150 (cento e cinquenta alunos na Fábrica Social Solar, com a primeira turma de cinquenta alunos iniciada em 2016).

Por fim, a uma parceria entre a SEMA-CEB-Eletronorte-UNB para realização de prospecção de oportunidade de geração de energia alternativa solar e biomassa a partir do reuso de gases do lixão da estrutural.

03- Saneamento Ambiental

Breve Contextualização do Projeto BNDES/GDF -2015 a 2016

Por determinação do Governador do Distrito Federal o Projeto de Desativação do Lixão da Estrutural tornou-se um dos projetos prioritários de realização dessa gestão. Nesse sentido, todas as ações relativas à gestão dos resíduos sólidos são monitoradas pelo Escritório de Projetos Especiais da Governadoria – EPE. Este convoca reuniões semanais com os responsáveis pelos órgãos relacionados direto ou indiretamente com a questão de resíduos sólidos no DF. As reuniões ocorrem no Palácio do Buriti. Nesse espaço de diálogo e interação entre todos os órgãos do DF as dificuldades são relatadas e a resolução dos problemas é orquestrada com o apoio do EPE.

Em 2016 foram realizadas diversas ações da SEMA para que o Projeto do BNDES/GDF pudesse se tornar viável. Isso pois, na gestão passada foram feitas alterações nos Projetos Executivos e Arquitetônicos e que comprometeram a execução do recurso, pois estava orçado acima do valor disponibilizado pelo BNDES. Em reunião na Casa Civil no mês de outubro de 2014 o Projeto estava orçado em R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). Valor esse sem viabilidade de negociação junto ao BNDES.

Principalmente a partir de julho de 2015 a SEMA estabeleceu ações prioritárias para viabilizar e concretizar o Projeto do BNDES/GDF.

Em 2016 foram efetivadas diversas ações para que os projetos executivos e arquitetônicos fossem readequados ao valor disponibilizado pelo BNDES e o Projeto BNDES/GDF pudesse de fato ser concretizado. Dentre as principais ações realizadas foram:

- Reestruturação do Conselho Gestor do BNDES com Portaria N° 28, de 02 de Maio de 2016;
- Orçamento entregue pela Novacap, no dia 06 maio de 2016, dos Centros de Triagem sob responsabilidade/execução da SEMA no valor de R\$ 24.333.338,89. A SEMA teve que pedir suplementação orçamentária;
- Portaria N° 30, de 09 de Maio de 2016, que designou JOSÉ AQUILES TOLLSTADIUS LEAL, matrícula 37.392-3; NANJI MORENO PARO MONTEIRO, matrícula 135.314-4 e MÁRCIA PATRÍCIO DE OLIVEIRA, matrícula 392.487-4, para comporem a Comissão Executora do Contrato n° 13.2.0402.1, referente ao processo 0002.000128/2013, celebrado entre o Distrito Federal e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Anterior a essa portaria quem era a única executora era a Sra. NANJI MORENO PARO MONTEIRO;
- Reunião realizada com o Conselho Gestor do BNDES no dia 18 de Maio de 2016 para atualização sobre o status do Projeto (Convênios/execução das obras); Informação sobre o orçamento das obras entregue pela Novacap e definição sobre os recursos disponíveis e aprovação da tabela de Usos e Fontes do BNDES; Avaliação da proposta de inclusão da Rede Alternativa como membro do Conselho do BNDES, em resposta ao Ofício 001/2016 – Rede Alternativa;
- Envio para o BNDES da tabela de Usos e Fontes com as alterações aprovadas pelo Conselho Gestor do BNDES no mês de junho 2016;
- Revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de acordo com a Resolução CONAM/DF N° 02 de 16 de Outubro de 2012. Esse plano é o requisito obrigatório para solicitação da Licença Ambiental Simplificada – LAS a ser emitida pelo IBRAM;
- Nota Técnica sobre a Viabilidade e Sustentabilidade da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da Estrutural elaborada em 29 de Agosto de 2016 que tem interface diretamente relacionada à construção dos Centros de Triagem;
- Firmado Convênio de cooperação técnica, administrativa e financeira entre SEMA/ NOVACAP/CENTCOOP N° 02/2016 para repasse de verbas para a construção dos Centros de Triagem. Extrato do convênio publicado DODF no dia 14 de Setembro de 2016;
- Foi elaborado e firmado junto com a ADASA um Termo de Referência para a contratação de um consultor destinado a identificar, detalhar e dimensionar e equipamentos necessários à implantação e operação de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis e de Central de Comercialização, considerando o programa de coleta seletiva do Distrito Federal, com vista ao estabelecimento de mecanismos necessários ao processo de regulação dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos no DF;
- Elaboração de Projeto de Lei de compensação financeira aos catadores de materiais recicláveis do Aterro do Jôquei durante o período compreendido entre o início da destinação de resíduos oriundos da coleta pública do Distrito Federal ao Aterro Sanitário de Brasília, situado em Samambaia, e o pleno funcionamento dos Centros de Triagem de Resíduos – CTRs do Distrito Federal, em 08 de Dezembro de 2016;

- Foi realizado pagamento da Taxa de Licença Ambiental, no valor de R\$ 25.923,15 (vinte e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e quinze centavos) com recursos da NOVACAP, destinado à construção do Centro de Triagem de Resíduos.

No decorrer do ano de 2016 também foram realizadas diversas reuniões com o Escritório de Projetos da Governadoria, reuniões com representantes dos Catadores de Materiais Recicláveis do DF e com o Comitê Gestor Intersectorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal - CIISC/DF. Importante ressaltar que em algumas reuniões o próprio Governador esteve presente.

Um item fundamental para a execução desse Projeto ainda está em discussão no âmbito governamental, qual seja, o modelo de coleta seletiva a ser adotado no Distrito Federal. Também foram realizadas reuniões – via telefone – com as técnicas executoras responsáveis do BNDES para verificar as ações necessárias para o repasse de recursos via BNDES para o GDF.

Nesse sentido, o atraso na execução do Projeto do BNDES/GDF justifica-se devido às ações, acima citadas, demandarem tempo para serem resolvidas burocraticamente por todos os órgãos envolvidos nesse Projeto.

Por fim, como pode ser visto todos os atos que a SEMA vem realizando para o cumprimento do Projeto BNDES/GDF dependem de ações conjuntas aos demais órgãos do Distrito Federal e que estão envolvidos direta e indiretamente com a gestão de resíduos sólidos.

Outros projetos articulados em parcerias com a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos

✓ Logística reversa

Como preconiza a Política Nacional e Distrital de Resíduos Sólidos, a logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos referidos nos incisos II, III, V e VI do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, bem como dos produtos e embalagens referidos nos incisos I e IV e no § 1º do art. 33 daquela Lei, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.

O Poder Público tem o dever de apoiar a implementação da logística reversa com objetivo de auxiliar a sua implementação, principalmente diante da assinatura de acordos setoriais. Estes são atos de natureza contratual, firmados entre o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, visando a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

A SEMA, como formulador de políticas públicas ambientais do DF, tem a responsabilidade de fomentar a implementação da logística reversa com objetivo de preservar e prevenir o meio ambiente do DF com ações que destinem de maneira ambientalmente correta os resíduos da logística reversa, além de atender demandas da população que prima por dar um destino correto aos resíduos gerados e, atender às legislações federal e distrital dos resíduos sólidos.

Na oportunidade das oficinas sobre logística reversa realizadas no âmbito do Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB e do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PDGIRS, as empresas gestoras de acordos setoriais foram convidadas a participar das discussões, entretanto não compareceram.

A SEMA está articulando com as respectivas gestoras ações para 2017 sobre objetivos e definição de estratégias para elaborar um programa de ações sobre a implementação da logística reversa de determinados produtos no DF.

Por meio da SURSA, a Secretaria do Meio Ambiente, visa acompanhar e participar das negociações dos processos sobre a logística reversa para todos os setores: agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; produtos eletroeletrônicos e seus componentes; embalagens em geral e medicamentos. Até o momento, a articulação da SURSA tem sido feita com o Compromisso Empresarial para Reciclagem - CEMPRES, Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis - ANCAT sobre acordo setorial de embalagens; com Associação Brasileira da Indústria de Iluminação - ABILUX/REICLUS sobre acordo setorial de lâmpadas; com RECICLANIP sobre CONAMA de pneus.

Com o Sindicato Nacional da Indústria do Refino de Óleos Minerais - Sindirrefino (óleos lubrificantes) a SEMA já tem Termo de Compromisso assinado desde 2013. Quanto às embalagens de óleos lubrificantes já existe acordo setorial, o qual prevê meta de 36% e o programa no DF atingiu 80%.

✓ Resíduos Perigosos

A SEMA, por meio da SURSA, participou do Grupo de Trabalho coordenado pelo IBRAM, para elaboração de normatização dos resíduos perigosos e criação da Comissão Distrital do P2R2 (Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos). As reuniões desse GT resultaram na minuta de decreto de criação da CD-P2R2, que se encontra em tramitação no IBRAM.

✓ Polo de Reciclagem

A SEMA tem o domínio sobre dois terrenos. O Processo Nº 390.000.983/2011 – que trata dos Lotes 01 a 58, Quadra 14, Setor Industrial I, Região Administrativa da Ceilândia – RA IX será destinado à SINESP para que ela possa fomentar Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos de Construção Civil – ATTRs no Distrito Federal. O Processo Nº 390.000.979/2011 – que trata do imóvel situado na Quadra 04 Área Especial Nº 03, na Região Administrativa VII – Paranoá, permanecerá sob o domínio da SEMA, considerando que encontra-se em construção e articulação, no âmbito desta

Secretaria, um Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF SUSTENTÁVEL.

O governo, desse modo, incentivará empresas e indústrias que adotam práticas sustentáveis e sejam produtoras de inovação tecnológica e investidoras em alternativas para diversificar empreendimentos produtivos, cujo resultado implique na geração de emprego, trabalho e renda, mas também na conservação ambiental aliada à tecnologias de baixo impacto, incluindo incentivo a indústrias que atuam diretamente com a cadeia produtiva da reciclagem – Polo de Reciclagem do DF.

Com a ampliação da coleta seletiva e a intensificação do sistema de tratamento de resíduos no DF haverá aumento significativo da disponibilidade de materiais recicláveis, matéria prima para alimentar o referido Polo de Reciclagem.

Essa ação deverá aperfeiçoar a economia do Distrito Federal a partir de tecnologias de baixo impacto, tais como geração de energia limpa (fabricação de placas fotovoltaicas) e revalorização de materiais recicláveis (plástico, vidro), dentre outras.

Por fim, cumpre ressaltar que em 2016 foram realizadas vistorias nas áreas e constataram a inexistência de ocupação irregular, sendo assim, os trabalhos para viabilização da construção do polo de reciclagem pode se iniciar.

✓ Coleta seletiva solidária

Segundo Decreto 35.817/2014, que institui a Coleta Seletiva Solidária, todos os órgãos do DF tem a obrigatoriedade de separar os resíduos secos dos orgânicos para destinar a parcela seca às cooperativas de catadores.

Em geral, os órgãos públicos do DF estão em fases distintas de implementação. A SEMA tem o papel de coordenar a implementação nos órgãos públicos e prestar apoio técnico e acompanhamento.

Este ano foi encaminhado a todos os órgãos da Administração Pública do DF Ofício Circular Conjunto CACI/SEMA solicitando informações para realização de diagnóstico de implementação. A compilação dos dados gerou o diagnóstico de acordo com a resposta dos órgãos. A partir do diagnóstico, o objetivo é realizar reuniões de apoio técnico com os órgãos que possuem maior dificuldade de implementação do processo.

Ademais, está em fase de discussão a modificação do Decreto. A minuta foi elaborada pelo SLU e repassada a SEMA para apreciação e sugestões. Essa modificação tem o objetivo de deixar a implementação mais fácil e superar algumas dificuldades comuns a todos os órgãos.

✓ GEF - Fundo Mundial para o Ambiente (em inglês, Global EnvironmentFund)

Foram feitas propostas/projetos para que a SURSA/SEMA fosse contemplada com recursos do GEF para realizar estudo de contaminação das águas subsuperficiais e subterrâneas, solo e ar e escolher a melhor tecnologia/técnica para recuperação/remediação do passivo ambiental do Lixão da Estrutural. O projeto foi aprovado e tem previsão para iniciar em meados de 2017.

• Implantação de Gestão de Riscos Corporativos

Em 2016, com o objetivo de aprimorar a gestão, a SEMA também instituiu a política de Gestão de Riscos – Portaria 90, de 21 de novembro de 2016, em parceria com a Controladoria do Distrito Federal. Para fazer a gestão e o acompanhamento dessa política, foi instituído o Comitê de Gestão de Risco através da Portaria Conjunta nº 30 de 22 de novembro de 2016. Cujo objetivo é o estabelecimento de princípios, diretrizes e responsabilidades ao processo de gestão de riscos na Secretaria.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela Unidade de Controle Interno ao longo do exercício de 2016 destaca-se as reuniões com executores de contratos e convênios para orientação e atualização da legislação vigente; o encontro com servidores da Sema para atualização da legislação sobre Projeto Básico e Termo de Referência, além de análises de processos relativos a Tomada de Contas Especiais, Processos Administrativos Disciplinares, pessoal e licitações, controle de patrimônio e execução orçamentária e financeira .

• Ouvidoria

Ao longo de 2016 a Ouvidoria realizou ajustes no cumprimento da disponibilização dos dados públicos, conforme o Guia da Transparência Ativa, tendo encerrado o exercício com uma excelente avaliação pelo Índice de Transparência Ativa. Um importante documento aprovado foi a Carta de Prestação de Serviços da SEMA.

No evento da Virada do Cerrado organizado pela SEMA, a Ouvidoria Geral lançou o Programa Ouvidoria Itinerante e a Ouvidoria da SEMA esteve presente realizando um trabalho de mobilização e registrando e encaminhando as solicitações dos cidadãos. O Atendimento ao cidadão deu-se no quesito de registro das manifestações inserindo-as no novo sistema suas demandas. Foram realizados pela equipe da SEMA 7 (sete) atendimentos, contendo 5 reclamações destinadas aos seguintes órgãos : SLU, CEB, NOVACAP, IBRAM e a Secretaria de Estado de Educação; 4 solicitações (SLU) e 2 sugestões (SLU).

O evento foi realizado no Estacionamento 10 do Parque da Cidade no Stand da Ouvidoria Itinerante no dia 11 de setembro.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Do ponto de vista estrutural, em 2016, a SEMA, passou pelo processo de aprimoramento e implementação com base na nova estrutura, considerando a reestruturação realizada em dezembro de 2015. A Secretaria possui um reduzido quadro de servidores e com os cortes dos Cargos em Comissão e finalização dos contratos terceirizados, por ocasião dos ajustes, enfrentou muitas dificuldades na execução da Política. As maiores dificuldades residem na elaboração e formulação de Termos de Referência, considerando a reduzida presença de servidores nas áreas finalísticas. Essa dificuldade resulta na baixa capacidade de contratação, tendo como consequência direta a baixa execução orçamentária das ações finalísticas da SEMA. Para enfrentar tais dificuldades, a SEMA priorizou duas estratégias. 1. Realizar esforços para o retorno de servidores cedidos para outras secretarias, o que resultou no retorno de quatro servidores, bem como, buscou parcerias, finalizando a elaboração do Projeto GEF, cujo início está previsto para o segundo semestre de 2017. Esse Projeto irá permitir uma alavancagem na capacidade de implementação das Políticas da SEMA, considerando o aporte de 22 milhões de reais, para os próximos quatro anos, além de potencializar a contratação de pessoal especializado.

No âmbito das agendas temáticas, avançou-se na implementação da Virada do Cerrado, com uma participação ampla da sociedade, bem como, com um maior envolvimento das Administrações Regionais na agenda ambiental. Merece destaque também, as 03 publicações realizadas pela SEMA – Estudos do inventário de emissões por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa (GEE) do Distrito Federal, Detecção e projeções das mudanças climáticas para a RIDE, bem como o Caderno Técnico do Zoneamento Ecológico Econômico.

As expectativas para 2017, residem na implementação do Sistema Distrital de Informações Ambientais – SISDIA, na aprovação do ZEE, na Virada do Cerrado, no início dos estudos para remediação do lixão da estrutural, Finalização do CAR e implementação do Programa de Recuperação Ambiental – PRA, bem como, na Conferência de Meio Ambiente, cujo tema será Água, com vistas a uma melhor preparação ao 8º Fórum Mundial da Água.